



## RESPOSTA AO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO

Trata-se do pedido de **IMPUGNAÇÃO AOS TERMOS DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 18/2020**, apresentado pela empresa **ASR Comércio e Prestadora de Serviço de Engenharia Ltda-ME**.

### 1. DA TEMPESTIVIDADE

1.1. Conforme Art. 24 do Decreto nº 10.024/2020, que regulamenta o pregão na sua forma eletrônica, qualquer pessoa poderá impugnar o Edital até três dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública. Visto que a abertura do certame está marcada para o dia 1º de dezembro de 2020 e que a Impugnação foi encaminhada para o e-mail [cpl@funasa.gov.br](mailto:cpl@funasa.gov.br) às 13:55hs do dia 19 de dezembro de 2020, vê-se que a impugnação é tempestiva.

### 2. DAS ALEGAÇÕES DO PEDIDO

2.1. Que o prazo para entrega, conforme estabelecido em Edital, de 150 (cento e cinquenta) dias é insuficiente e que o prazo deveria ser de 180 (cento e oitenta) dias.

### 3. DA ANÁLISE DO MÉRITO

3.1. Como trata-se de questão técnica, a impugnação foi encaminhada para a área demandante, que fez a seguinte manifestação:

*“No Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica foram realizadas pesquisas de mercado, sendo atendidos todos os prazos exigidos no Termo de Referência.*

*Não obstante, importante reforçar que este Edital adotou cronograma de execução semelhante aos já praticados no mercado, razão pela qual se averigua sua viabilidade de execução.*

*Ora, os prazos de execução previstos no Edital foram consubstanciados em análises técnicas de engenharia e apresentam-se como possíveis de atendimento, não sendo crível que seja considerado exíguo.*

*Dependerá muito mais da capacidade operacional e de logística da contratada assim como dos técnicos alocados a realizar os serviços.*

*Portanto, não se trata de restrição a competição, pois existem muitas outras empresas que dispõem de qualificação para atender ao presente objeto nos prazos estipulados.*

*Não pode o ente público se submeter a vontade dos seus contratados, em clara afronta a supremacia do interesse público ao privado, pois ao alongar por demais a execução dos serviços ficará toda a instituição prejudicada, pois seus servidores não terão disposição de meios para chegar aos seus locais de trabalho com rapidez e segurança (que é o que se objetiva com esta contratação).*

*Como dito anteriormente, o Projeto Básico foi objeto de contratação específica, razão pela qual, a referida impugnação foi encaminhada para o Responsável Técnico que também se manifestou pela manutenção do prazo de execução constante do Instrumento Convocatório.”*

### 4. DA DECISÃO

4.1. Isto posto, conheço das impugnações interpostas, para negar o mérito, mantendo inalterado o Edital e seus anexos.

Brasília – DF, 23/11/2020

Carmen Lúcia Bairros dos Santos  
Pregoeira/Funasa Presidência